



GT 024. Antropologia, gênero e sexualidade em contextos educativos

Elisete Schwade (UFRN) - Coordenador/a, Fátima Weiss de Jesus (UFAM/DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/PPGAS) - Coordenador/a

Esse GT tem como objetivo discutir gênero e sexualidade em práticas educativas, a partir de intervenções e pesquisas antropológicas realizadas nos últimos anos, no marco das políticas que fazem referência a diversidade, de acordo com as possibilidades previstas na Constituição de 1988 que, em 2018, completa 30 anos. Buscamos um balanço das diferentes situações em que as reflexões sobre gênero e sexualidade são acionadas em contextos educativos, também em perspectivas que incorporem outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, gênero. Desse modo será possível perceber avanços e retrocessos, permanências e transformações, tendo em vista conflitos e dinâmicas próprias associadas às políticas de educação e suas repercussões em contextos particulares. Serão aceitos trabalhos realizados com o enfoque metodológico e analítico da antropologia, com ênfase na etnografia, realizados em escolas, na formação de professores, cursos de aperfeiçoamento e especialização, cursos vinculados a movimentos sociais e organizações coletivas, entre outros.

Educação, Políticas Públicas e Diversidade étnico - racial: diálogos entre Antropologia e Educação

Autoria: Angélica Maria Vieira Cruz

O presente work tem como objetivo apresentar reflexões acerca da lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena, seu trato e impactos na formação docente de forma geral. O intuito é perceber como a mesma vem sendo percebida e tratada pelos docentes e discentes do curso de História da Universidade Federal do Piauí - campus Ministro Petrônio Portela. Enquanto estratégia metodológica dividiu-se a pesquisa em etapas: na primeira etapa, foi realizado um levantamento das políticas públicas que visam o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial, principalmente àquelas relacionadas à Educação; na segunda etapa, foi analisada a aplicação de tais políticas no curso tendo como base a análise do Projeto Político Pedagógico, bem como a realização de entrevistas com o coordenador e professores do curso, e a aplicação de questionários com os discentes. Os dados obtidos durante a pesquisa foram submetidos a análises, e através da triangulação dos mesmos com o auxílio da literatura especializada foi possível perceber como a lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena, vem sendo percebida e empregada neste curso. As dificuldades apresentadas pelos discentes e docentes, e as diferenças apresentadas nos discursos são, portanto, as bases de nossa reflexão nesse work.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

